

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

PORTARIA NORMATIVA Nº 5, DE 5 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a revogação dos atos normativos que menciona.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, incisos II e III, do Anexo I, do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, e tendo em vista os resultados do Projeto de Consolidação de Atos Normativos de Recursos Humanos Consultoria Nacional Especializada para o Fortalecimento da Gestão Democrática por Resultados do Governo Federal, consubstanciados na Nota Técnica nº 225, de 1º de AGOSTO de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os atos administrativos relacionados no Anexo desta Portaria Normativa, respeitados os direitos adquiridos decorrentes dos efeitos favoráveis eventualmente experimentados pelos servidores destinatários, na forma dos artigos 53 e 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO

ANEXO

Ofício-Circular nº 20, de 1996 ;
Ofício-Circular nº 42, de 1995;
Instrução Normativa nº 11, de 1990;
Ofício-Circular nº 21, de 2002;
Ofício-Circular nº 33, de 1991;
Orientação Consultiva nº 13, de 1997;
Ofício-Circular nº 20, de 2002;
Ofício-Circular nº 19, de 1995;
Portaria nº 2, de 1993;
Portaria nº 940, de 2004;
Orientação Consultiva nº 2, de 1997;
Instrução Normativa nº 13, de 1990;
Orientação Consultiva nº 6, de 1997;
Orientação Normativa nº 7, de 1999;
Orientação Normativa nº 4, de 2007;
Orientação Normativa nº 23, de 1990;
Ofício-Circular nº 46, de 1996;
Orientação Normativa nº 53, de 1991;
Orientação Normativa nº 35, de 1991;
Ofício-Circular nº 65, de 2001;
Orientação Normativa nº 5, de 2008;
Orientação Normativa nº 87, de 1991;
Portaria Normativa nº 6, de 1999;
Orientação Normativa nº 3, de 1999;

Orientação Normativa nº 4, de 2010;
Orientação Normativa nº 31, de 1990;
Ofício-Circular nº 39, de 1996;
Portaria Normativa nº 5, de 1999;
Orientação Consultiva nº 4, de 1997;
Portaria nº 298, de 2011; e
Portaria nº 2258, de 2011.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 06/08/2013, seção I, pág. 70